

Orçamento fiscal tem déficit de Cr\$ 8 trilhões

O governo acabou com a crença geral de que o Orçamento da União era superavitário, ou seja, que todos os impostos arrecadados cobriam com folga as despesas previstas. Na audiência que teve ontem de manhã com o presidente em exercício José Sarney, o ministro do Planejamento João Sayad informou a ele que o Orçamento Fiscal da União para 1985 tem um déficit de Cr\$ 8 trilhões, significando que os dispêndios superam a receita nessa quantia. O Orçamento da União para o atual exercício, aprovado pelo Congresso em novembro, está estimado em Cr\$ 88.872,1 bilhões, com recursos comprometidos no mesmo limite. Mesmo assim, este Orçamento sofreu um corte de 25% nas rubricas de "custeios" e "investimento".

Esta informação foi dada pelo coordenador de comunicação social do ministro Sayad, Carlos Alberto Sardenberg. O assessor também fez outra revelação surpreendente, segundo a qual, o orçamento global da administração indireta do governo (empresas públicas, de economia mista, bancos federais, e Previdência Social) está com um buraco de Cr\$ 12 trilhões ou US\$ 2 bilhões previsto ao longo de 1985. Este déficit aberto se refere às despesas de custeios, nas quais estão incluídos os seguintes itens: pessoal e encargos sociais, encargos financeiros internos e externos e "outros custeios".

O assessor de Sayad explicou que o déficit do Orçamento da União decorre do fato que o antigo governo, que o elaborou, subestimou a inflação para 1985 em 120%. Erros de estimativas também foram cometidos em relação ao Orçamento Global da administração indireta. Este orçamento está previsto em Cr\$ 330 trilhões. Sardenberg não soube dizer em que empresas ou entidades públicas onde o problema é mais grave, pois o atual orçamento separa a administração indireta em quatro grupos distintos, que são: setor produtivo estatal, entidades típicas de governo, bancos e Previdência Social.

Sardenberg informou também que o Ministério do Planejamento está fazendo uma revisão interna do Orçamento da União, com a finalidade de promover a realocação de recursos para a área social, para combater a fome e o desemprego, dentro do espírito da proposta elaborada pela Copag (Comissão para o Plano de Ação do Governo), cujos trabalhos foram desenvolvidos após a escolha de Tancredo Neves para presidente pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro. A Copag sugeriu que fossem aplicados Cr\$ 15 trilhões em um plano de emergência contra a fome e o desemprego.

Ainda segundo Sardenberg, o ministro Sayad expressou a Sarney sua preocupação com a elevação das taxas de juros, acrescentando que tem recebido queixas frequentes de empresários a respeito. O ministro sugeriu que ele próprio e os demais colegas da área econômica fizessem um acompanhamento do mercado financeiro para rastrear a especulação e distorções. Finalmente, Sayad recebeu "sinal verde" do presidente da República para acelerar as nomeações para cargos de segundo escalão, que até agora estão vagos por causa da doença de Tancredo Neves. No Planejamento, não foram ainda escolhidos nomes para cargos importantes como de secretário da Sarem (Secretaria de Articulação com Estados e Municípios); presidente da Fundação IBGE; presidente do Instituto de Pesquisa (INPES) e diretores — executivos do BNDES e BNDES Participações.